

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: resistências e rupturas

*Rociney Aparecida de L. P. Godinho

**Eliane Cleide da Silva Czernisz

RESUMO

Este trabalho analisa o resultado da implementação de um projeto de intervenção que transcorreu durante o ano letivo de 2008. Teve como objetivo geral recuperar, pelo estudo e pela reflexão, o papel do Conselho de Classe, enquanto órgão colegiado, que tem a função de refletir e avaliar o desempenho pedagógico do aluno, e por que não dizer do professor também, de forma participativa e democrática. O público alvo desta intervenção foram professores e alunos, do Ensino Médio, de uma escola pública de Rolândia, no estado do Paraná. Desta implementação surgiram algumas reflexões que procuramos expor no texto, no contexto de análise das resistências que existiram e das rupturas necessárias para a realização de Conselhos de Classe realmente participativos.

Palavras-chave: Conselho de Classe, gestão democrática, papel do pedagogo, rupturas

*Pedagoga (UFPR); Psicopedagoga (FAFIJAN-PR); Especialista em Metodologia da ação docente (FACCAR-PR); Professora pedagoga do Colégio Estadual Professor Francisco Villanueva (Rolândia-PR); Docente do Curso de Pedagogia (ICES-Cambé-PR).

** Professora do Depto. de Educação – Curso de Pedagogia - Universidade Estadual de Londrina. Orientadora deste trabalho.

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: resistências e rupturas

THE PARTICIPATORY CLASS: resistance and disruption

*Rociney Aparecida de L. P. Godinho

**Eliane Cleide da Silva Czernisz

ABSTRACT

This study examines the outcome of the implementation of an intervention project that passed during the academic year of 2008. Aimed to recover overall, by study and reflection, the role of the class as a collegiate, which has the function to reflect and evaluate the student's educational performance, and why not tell the teacher too, so participatory and democratic. The target audience of this intervention were teachers and students of high school, a public school in Rolândia, in the state of Paraná. This implementation was some thoughts that try explain in the text, in the context of analysis of the resistance that existed and the disruption to the conduct of Class Councils truly participatory.

Keywords: Council of class, democratic management, the role of teacher, breaks.

*Pedagoga (UFPR); Psicopedagoga (FAFJAN-PR); Especialista em Metodologia da ação docente (FACCAR-PR); Professora pedagoga do Colégio Estadual Professor Francisco Villanueva (Rolândia-PR); Docente do Curso de Pedagogia (ICES-Cambé-PR).

** Professora do Depto. de Educação – Curso de Pedagogia - Universidade Estadual de Londrina. Orientadora deste trabalho.

INTRODUÇÃO

Devido ao ritmo acelerado do dia-a-dia da escola, ficam escassos, cada vez mais, os momentos de reunião entre os professores, de uma mesma série, para refletirem sobre o processo ensino e aprendizagem. Pois presenciamos professores que trabalham em mais de um turno, na mesma escola ou em mais de uma escola e em instituições com sistemas de organização de trabalho pedagógico diferentes e até antagônicos em seus princípios de formação. Isto ocorre porque muitos professores trabalham em esferas diferentes, como a pública e a privada, nas quais até a forma de contratação e de políticas salariais também diferem.

Portanto, a reflexão e a avaliação do desempenho pedagógico dos alunos acabam ficando para o momento do Conselho de Classe, que é realizado periodicamente conforme o calendário da escola e sua organização (bimestral, trimestral, semestral).

Segundo Rocha,

O professor muitas vezes sente a necessidade de uma troca de vivências, sente necessidade de apoio, e de uma verdadeira realimentação, e a sua expectativa em relação ao Conselho de Classe parece ser a de encontrar pessoas disponíveis para ouvi-lo. Sendo na prática a principal, e, na maioria dos casos, a única reunião institucional, oficializada e que ocorre com relativa freqüência, à qual o professor necessariamente deve comparecer, poderá constituir o Conselho de Classe uma oportunidade para que o docente se posicione e reflita sobre o seu trabalho, buscando uma maior integração profissional e pessoal. (1986, p.12)

O Conselho de Classe, sendo um órgão colegiado, é previsto no Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) da escola e faz parte de sua organização. Representa um momento de parada estratégica, no qual diretores, equipe pedagógica e docentes se reúnem para

avaliar, em determinado período de tempo, os progressos alcançados pela turma, os problemas que se desenharam na rotina escolar e o trabalho desenvolvido pelo professor em sala de aula. É comum o foco das discussões ficar direcionado ao aluno, quanto ao seu rendimento e comportamento, pois apenas um dos participantes do processo ensino e aprendizagem está presente: o professor, que em suas análises esquece que o resultado obtido pelos alunos reflete sua prática em sala de aula.

Neste momento podemos compreender o quanto é importante refletir sobre esse espaço de interação que existe na escola e, muitas vezes, não é bem aproveitado, bem estruturado e bem pensado.

É nesse espaço que os professores se encontram de forma efetiva e direta. É um momento interdisciplinar, no qual a avaliação torna-se o foco das discussões e que, de forma dialógica, estes educadores podem repensar suas práticas pedagógicas.

Assim, ao definir o Conselho de Classe como objeto de estudo, atrevemo-nos a introduzir mais um elemento: a participação do aluno, pois ele é a outra parte envolvida no processo, como cita Dalben,

É interessante salientar que, embora em algumas composições as reuniões podem não contar com a presença do aluno, ele sempre será a figura central das discussões e avaliações, estando presente por meio de seus resultados, de seus sucessos, de seus desenvolvimentos, de suas resistências, de seus fracassos, de suas necessidades e dificuldades, postos durante os debates nas questões da prática de ensino e de aprendizagem, objetos de discussão das reuniões. (2004, p.33)

Dessa maneira, a partilha que ocorre durante os Conselhos de Classe, de concepções e experiências, ganha uma nova visão: a do aluno que está diretamente ligado à práxis de sala de aula

e pode ajudar significativamente no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Outro ponto importante é que a postura de gestão democrática adotada pelas escolas atualmente, não está ligada somente à parte administrativa, ainda segundo a autora (2004), na escola estamos fazendo política o tempo todo, e as nossas posturas, muitas vezes, podem refletir uma política de dominação e autoritarismo, principalmente quando estamos definindo conteúdos, elaborando formas de avaliação ou quando simplesmente nos reunimos e determinamos o destino de nossos alunos.

A participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, nas decisões no interior da escola, configura a materialização da gestão democrática e estimula a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a educação.

Dessa forma, a resignificação do Conselho de Classe é importante no sentido de nos encaminhar para um projeto político pedagógico que transforme as relações sociais hegemônicas.

Aproveitando essa temática — Conselho de Classe — elaboramos um projeto de intervenção pedagógica na escola intitulado “Conselho de Classe: espaço de reflexão e avaliação do desempenho pedagógico do aluno de forma democrática”.

A implementação deste projeto de intervenção transcorreu durante o ano letivo de 2008 e teve como objetivo geral recuperar, pelo estudo e pela reflexão, o papel do Conselho de Classe, enquanto órgão colegiado, que tem como função refletir e avaliar o desempenho pedagógico do aluno e por que não dizer do professor também, de forma participativa e democrática. O público alvo desta intervenção foram professores e alunos, do Ensino Médio, de uma escola pública de Rolândia, no estado do Paraná.

Os objetivos da intervenção foram: analisar a concepção e a forma de organização do Conselho de Classe, definida na atual Proposta Política Pedagógica da instituição; pesquisar teóricos que refletem sobre a função e as formas de organização dos Conselhos de Classe; propor, junto com os professores, algumas mudanças na prática atual do Conselho de Classe da escola; e, implementar, junto a eles, as propostas de mudanças sugeridas, na organização do Conselho de Classe, reformulando, se necessário, o Projeto Político Pedagógico da instituição.

A intervenção teve seu início na Semana Pedagógica/2008, capacitação que é realizada no início de cada ano letivo, com a participação da equipe pedagógica, docentes e demais funcionários da escola. O tema foi colocado em discussão e a proposta atual de Conselho de Classe também foi analisada.

Como resultado destas discussões, os participantes levantaram alguns pontos significativos. Entre eles destaca-se que o Conselho de Classe é um momento de análise dos resultados obtidos pelos alunos, no processo de ensino e aprendizagem e, que a forma como tem sido encaminhado, necessita-se mudar, pois apesar de ter havido um certo avanço nas discussões e encaminhamentos dos Conselhos em 2007, há a necessidade de se aplicar as mudanças propostas pela equipe pedagógica e professores, proveniente de uma leitura prévia realizada pelos mesmos, de autores que discutem este tema, e que foi fundamentada durante o ano de 2008, com novas leituras, na hora atividade dos professores.

Estas mudanças indicaram algumas práticas como a realização de um pré-conselho com as turmas, com o objetivo de refletir com os alunos as atividades que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem e as que não contribuem. Posteriormente foram levadas aos Conselhos de Classe por alunos representantes das turmas.

Outras mudanças sugeridas e aplicadas foram a de maior tempo para a realização do Conselho de Classe e a realização de reuniões pós-conselho para discussão e elaboração de projetos de intervenção aos problemas apresentados.

Desta implementação surgiram algumas reflexões que procuraremos expor neste texto, no contexto de análise das resistências que existiram e das rupturas necessárias para a realização de Conselhos de Classe realmente participativos.

1. PAPEL DA ESCOLA

Durante a implementação, num primeiro momento, foi necessário revermos o papel da escola na vida do indivíduo, qual sua função primeira. Segundo Paro (2007) “No contexto de uma sociedade democrática, a função da escola sintetiza-se na formação do cidadão em sua dupla dimensão: individual e social”. Isto é, a escola deve preocupar-se com a formação integral do indivíduo, enquanto sujeito individual e enquanto sujeito coletivo e livre.

Neste contexto a escola não deverá preocupar-se apenas com a aquisição de conhecimentos, mas, sobretudo, com a formação de um homem livre que convive em coletividade e que necessita entrar em contato com o conhecimento historicamente construído e acumulado pela humanidade e, ao mesmo tempo, estar construindo seus valores e formando sua personalidade.

Outro ponto que foi observado, em discussão com os professores, é que a escola é uma instituição social que tem presença cultural na vida do indivíduo. Todos nascem já sabendo que vão frequentar a escola. Ela, portanto, junto com a família, é uma das

instituições responsáveis pela formação integral do indivíduo. Aqui aparece a primeira resistência, uma vez que entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar, há um confronto de expectativas e desejos, visto que a escola apresenta um papel social já definido, que deve ser discutido e analisado.

A ruptura necessária aqui deverá acontecer na práxis do professor, que será o de abrir espaço para discussões sobre o papel da escola, entre seus parceiros mais próximos: os outros professores e os alunos.

Para que esta ação se realize, é necessário que se organize momentos de reflexão, dentro da organização do trabalho pedagógico na escola. Tema que discutiremos a seguir.

2. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA

A escola, onde se realiza a intervenção, organiza-se de modo semelhante a outras instituições. Em seu organograma consta como primeira instância a direção geral, a direção-auxiliar e o Conselho Escolar, em segunda instância aparecem os pedagogos e os docentes, logo em seguida vem os técnicos administrativos e os auxiliares de serviços gerais e por último os alunos. Paralelamente funcionam outros órgãos colegiados como a Associação de Pais, Mestres e Funcionários e o Grêmio Estudantil.

A instância responsável pela organização do trabalho pedagógico é composta pelos pedagogos, que segundo a introdução do Edital 10/2007 (SEED-PR) deverá: “Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico e

do Plano de Ação da Escola; coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, (...).”

A partir apenas desse trecho inicial do edital pode-se perceber a extensão do trabalho do Pedagogo no interior da escola e a importância deste profissional, pois ele tem a função de “participar e intervir junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar”, conforme o Edital.

O pedagogo participa de todo o processo de ensino e aprendizagem, seja organizando reuniões de estudos com os professores, para aprofundamento de questões relativas ao trabalho pedagógico escolar, ou ainda, reunindo-se com alunos e/ou pais para discussão de problemas que surgem durante o processo de ensino e aprendizagem, para depois no coletivo escolar elaborar as intervenções necessárias.

A organização do tempo e espaços escolares também são de responsabilidade do pedagogo, desde a participação na elaboração do calendário escolar, passando pela distribuição e organização do horário das aulas, até a organização da hora atividade, não esquecendo da coordenação e orientação de todos os projetos previstos no Projeto Político da Escola.

Portanto, atualmente ele desempenha na escola uma função generalista, acumulando várias funções e correndo o risco de se tornar um pedagogo tarefeiro, sem consciência reflexiva de sua função, envolvido apenas em “apagar incêndios”, como eles mesmos colocam atualmente. Mas o que fazer para mudar esta realidade? Czernisz nos dá uma pista,

Acreditamos que ao pedagogo que trabalha na gestão pedagógica, não compete apenas realizar tarefas determinadas, mas compreender o sentido da determinação das tarefas, compreender a essência das tarefas, a prioridade das tarefas, a importância das tarefas. Isso só é possível mediante um processo contínuo de planejamento dos afazeres, um mínimo de reflexão, organização e sistematização de um projeto pedagógico construído coletivamente. Se este é o aspecto técnico da atuação do pedagogo, é preciso mais, é preciso que essas ações sejam norteadas pelo estudo, pela análise, pela reflexão persistente, pois desse modo poderemos pensar o fazer, e produzir a partir de então conhecimentos na formação do pedagogo. (2007, p. 7).

Assim, quanto mais espaços de participação ele conseguir viabilizar, maior a possibilidade de ampliar e aprofundar a qualidade da tarefa educativa, uma vez que uma prática de análise e de ações pedagógicas com a participação de todos os segmentos, certamente resultará em mudanças significativas rumo à construção de uma escola menos excludente.

Sabedores da importância do trabalho do pedagogo, durante a implementação, sugeriu-se a leitura do artigo intitulado “Organização do Trabalho Pedagógico na Escola: o pedagogo como articulador do Conselho de Classe” (Godinho & Czernisz, 2007) à equipe pedagógica e aos diretores também, porque como gestores são parceiros na organização do trabalho pedagógico na escola. O objetivo era o de sensibilizá-los e levá-los a refletir sobre o papel do Conselho de Classe e a necessidade de um conselho com a participação do aluno.

Durante a implementação percebeu-se que a direção por estar empenhada na realização da parte administrativa da escola, não demonstrou interesse pela leitura, assim como a equipe pedagógica, alguns leram e tornaram-se parceiros na implementação, mas outros não demonstraram interesse, revelando uma certa resistência à mudança, ou a proposta.

Este fato se constituiu em um desafio pedagógico, sendo necessário, durante o ano letivo, a busca por um diálogo dentro da equipe pedagógica e junto a direção, que culminasse em estudo e reflexão sobre o Conselho de Classe participativo. O resultado foi positivo, pois houve rupturas no fazer pedagógico destes sujeitos e observou-se que a parceria entre estas duas instâncias (direção e equipe pedagógica) fortaleceu o trabalho desenvolvido na escola.

Acreditamos como Paro que

A natureza do trabalho que se desenvolve numa instituição educativa está a exigir formas cooperativas de organização do trabalho e de autoridade na escola, por meio de uma gestão com maior força diante do Estado e maior legitimidade diante da comunidade educativa. (2007,p.115)

Nem só esta parceria deve existir na escola, mas todo um trabalho coletivo, em que todos os envolvidos trabalhem por um mesmo objetivo, ajudando-se mutuamente, tendo princípios comuns.

3. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COLETIVO E DO CONSELHO PARTICIPATIVO

Apesar da organização do trabalho pedagógico na escola não ser função unicamente da equipe pedagógica, é o pedagogo, como agente problematizador, que deverá organizar na escola espaços coletivos de discussão, sobre as práticas pedagógicas escolares, de modo que todos os educadores participem de maneira

democrática e construtiva. Para Dalben (2004, p.118), “o espaço coletivo surge como uma possibilidade de busca e de troca de idéias e informações que são pensadas de maneira compartilhada”.

Com a organização de espaços e tempos na escola, o pedagogo pode possibilitar a transformação das reflexões e estudos em ações concretas, promovendo encontros periódicos com os professores, permitindo que estes organizem, avaliem e promovam novas ações.

O Conselho de Classe pode se constituir em um desses espaços, e com o diferencial de ser mais democrático, já que possibilita a participação efetiva de todos os sujeitos diretamente envolvidos no processo pedagógico escolar. Torna-se uma instância de apoio ao professor, que além de analisar e refletir sua ação pode ouvir o outro agente envolvido no processo de ensino aprendizagem: o aluno.

Reconhecendo seu papel de articulador do Conselho de Classe, o pedagogo poderá aproveitar o seu trânsito entre todas as atividades desenvolvidas na escola, para assumir uma atitude investigativa, de olhar a escola e perceber como o processo de ensino e aprendizagem está acontecendo, para, ao participar do Conselho de Classe, poder discutir e intervir no sentido de assegurar a efetivação da Proposta Curricular Pedagógica e do Projeto Político Pedagógico da escola.

Além disso, auxiliar os professores a rever o plano curricular, os conteúdos que devem ser trabalhados, a metodologia e principalmente os instrumentos avaliativos que vem sendo utilizados. O pedagogo pode, em um trabalho coletivo, estabelecer metas para a superação dos problemas que se evidenciem no Conselho de Classe, sugerindo uma avaliação periódica para revisão das metas propostas.

Certamente, para realizar este auxílio, o pedagogo precisa saber e para saber precisa estudar, assumir uma atitude fundamentada cientificamente, pois isso dá segurança ao professor. Garcia (1995, p.8) ressalta que “(...) a escola tem que ensinar a pensar em como ensinar cada vez melhor. O supervisor escolar (pedagogo) tem que dar o chão aos professores, ajudando-os a ensinar melhor e a sentirem mais satisfeitos com o resultado de seu trabalho.”

Esta é a tarefa crucial no trabalho do pedagogo, este é seu desafio: estabelecer um compromisso de diálogo, de competência teórica e operacional em sua ação na escola.

4. EQUÍVOCOS NA AVALIAÇÃO DA AÇÃO PEDAGÓGICA

Outra resistência que percebemos durante a implementação do projeto é a de que alguns professores confundem a análise que os alunos realizam da práxis da sala de aula com um ataque pessoal. O comentário de um professor, logo após o Conselho de Classe ilustra bem esta situação: *“Não acho correto um aluno ficar analisando como eu dou aula. Eu estudei muito para estar aqui!”*

Os Conselhos de Classe, tradicionalmente, avaliam apenas os alunos e não a interação pedagógica. Os professores não tem oportunidade de questionar sua prática, ou de ouvir o outro comentando sobre ela, ainda mais se esse outro for um aluno. Compreendemos que com a participação dos alunos nos Conselhos, o

educador ao expressar a sua visão em relação ao processo ensino e aprendizagem, deverá ter consciência que há outras visões sobre este processo e que, muitas vezes, diferem ou são antagônicas à sua.

Deverá perceber que o que está sendo analisado não é a sua pessoa, mas o trabalho que foi realizado em sala de aula, que o aluno fez parte deste trabalho e tem uma visão particular e muito rica dele.

Como refletem Engers e Gomes,

No momento em que outras vozes são escutadas, as relações de poder dentro da instituição escolar são passíveis de reestruturações. Não mais percebendo tal poder como estanque e concentrando nas mãos dos professores, coordenadores e diretores, sujeitos que são escutados, também são parte da escola e assim, dialogam sobre suas percepções a respeito da educação que se tem e da educação que se busca. (2007, p. 528)

A partir desta reflexão notamos que realmente com a participação do aluno nos Conselhos de Classe, surgiram novos diálogos e trocas de experiências, dantes nunca vivenciados pelos professores e alunos, materializados na seguintes falas dos professores após os conselhos: *“Não tinha noção de que os alunos tinham percebido minha aula desta maneira”,* ou *“Agora entendo porque os alunos desta sala foram mal em minhas avaliações, eles não entenderam o objetivo do trabalho de pesquisa que passei (...)”,* ou ainda *“Gostei da idéia! Vou trabalhar em grupo com esta turma também, já que deu resultado.”*

Portanto analisamos que apesar de ainda termos presenciado uma certa resistência, por parte de alguns professores, observamos também reações positivas por parte de outros. Houve mudanças significativas na práxis de sala de aula. Vislumbramos algo

muito importante, que havia se perdido com a prática rotineira do professor em sala de aula, a preocupação com o aluno, como ele está aprendendo e se aprendeu.

Quando realizamos o pré-conselho do 1º bimestre, nos deparamos com julgamentos pessoais, com sentimentos de vingança ou bajulações e referências à aparência dos professores, quando os alunos foram analisar as atividades que contribuíram para o processo de ensino e aprendizagem e as que não contribuíram. Pode-se perceber este fato nas seguintes falas: “ *Ah! Este professor é chato*” ou “ *Aquela professora é muito estressada.*” ou “ *Aquele professor é massa, ele senta na mesa e conversa com a gente*” ou ainda “ *aquela professora é bonita, ela tem umas roupas legais*” etc.

Portanto durante a realização dos pré-conselhos tivemos de esclarecer para os alunos sobre os aspectos que envolvem o processo de ensino e aprendizagem e o que eles deveriam estar analisando. Apesar de existirem algumas resistências – porque os alunos não estavam acostumados a ter voz – alguns não deram muita importância, no começo. Mas percebemos uma mudança significativa no pré-conselho do 2º bimestre, pois demonstraram um maior amadurecimento nas análises realizadas e fizeram sugestões pertinentes a este processo.

Outro ponto a considerar é o fato de só dois alunos participarem no conselho como representantes da turma, percebemos um pouco de intimidação por parte deles, visto que não tinham a força do grupo no momento da fala, porém, ao mesmo tempo, observamos o interesse deles em participar e ter um canal aberto para falar.

Acreditamos que mesmo com toda esta intimidação, presente na hora da participação no conselho, é válido o debate na turma durante o pré-conselho, a rotatividade de representantes no

Conselho de Classe, onde os alunos trabalham a representatividade e a argumentação. O que devemos ter cuidado é o de valorizarmos esta participação e que os alunos percebam em ações, as reivindicações apresentadas, senão o trabalho pode virar mais uma atividade burocrática como salienta Dalben,

No entanto, experiências frustrantes já foram desenvolvidas em várias escolas e, também, na escola pesquisada, tentando favorecer a participação do aluno nas reuniões de Conselho de Classe. O que se tem com essas experiências é que os alunos falam, apresentam as questões discutidas por eles sobre cada professor, e, em seguida, esse professor, colocado em evidência, justifica suas atitudes, que acabam por ser aceitas pelos alunos, encerrando, assim, os argumentos. O processo, em vez de ser dialógico, transforma-se num “bate-bola” sem aprofundamento. (2004, p.66-67)

Mas, na prática, observamos que com o pré-conselho os alunos tem a força do grupo e conseguem analisar o processo de ensino, adotado pelos professores e, ao mesmo tempo, analisam o processo de aprendizagem realizando uma auto-avaliação.

Esta participação ainda está em experiência e pressupõe algumas mudanças, já desenhadas no final do ano letivo. No 4º bimestre realizamos um pré-conselho diferente, com a participação da turma e de seus professores, aclamado por ambas as partes como o mais indicado para este tipo de discussão.

Através de pesquisa encontramos um texto de Cruz (1995) em que o autor destaca que “A força do coletivo é muito mais eficiente, significativa e simbólica do que a força do representante, para provocar as mudanças”. O autor propõe que o Conselho de Classe se realize em dois momentos: 1º- Conselho Pleno ou Participativo, onde reúnem-se equipe pedagógica, professores e

alunos para discutirem os problemas de aprendizagem da turma; 2º- Conselho de Classe com a direção, equipe pedagógica e professores para análise mais profunda dos problemas levantados e de casos particulares.

Esta é uma proposta que ficou para ser analisada para o próximo ano letivo, demonstrando que apesar das resistências estamos caminhando em direção a um conselho mais participativo e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção realizada na escola, que forneceu material sobre o qual este texto foi construído, trabalhou a questão da participação do aluno nos Conselhos de Classe. Participação esta que lançou voz a um dos agentes principais, ao lado do professor, do processo de ensino e aprendizagem: o aluno.

Voz que por tanto tempo esteve muda e que agora deve ser acolhida, uma vez que oportuniza uma avaliação processual tanto de sua aprendizagem quanto dos modos de ensinar do professor.

Pois é através do Conselho de Classe que podemos analisar criticamente a prática pedagógica . Como nesta prática estão envolvidos tanto o professor como o aluno, nada mais justo do que esses dois agentes escolares tenham voz e possam expressar sua visão do processo de ensino e aprendizagem. Levantado os problemas, as dúvidas, as incertezas, as certezas e os acertos. É esse espaço que permite a construção de personalidades autônomas, que pensam o seu fazer, seja a do profissional, na figura do professor, seja a do aluno.

A escola hoje que se propõe ser democrática e participativa, deverá, então, possuir espaços que permitam a crítica, a análise e, principalmente, a síntese das ações que são praticadas em seu interior.

Nesse sentido, a escola tem como dever proporcionar a participação do aluno em suas decisões e ir mais longe, abrir-se para a comunidade, quando se sentir mais madura para isso.

Não se deve em hipótese nenhuma menosprezar a participação do aluno, pois é ele que detém os elementos do processo interior de aprendizagem, que poderão emergir nos pré-conselhos. Momentos estes em que se analisam o aprender e o ensinar que acontece nas salas de aula. Isso leva a auto-avaliação tanto do aluno quanto do professor.

Resistências aconteceram e acontecerão, pois, culturalmente, quem detém o poder de decisões na escola ainda é o professor, que terá de refletir, estudar e colocar em prática ações que levem ao partilhamento deste poder com outros agentes escolares.

Rupturas de ações cristalizadas como a **não** participação do aluno e o **não** partilhamento do professor devem acontecer. Isso não deve ocorrer apenas na prática, mas deve ser registrada em documentos que materializem e organizem as atividades escolares como: o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, o Plano de Ação da Escola e, principalmente, o Plano de Trabalho Docente, proporcionando a criação de um Conselho de Classe flexível, aberto a inovações, dinâmico e participativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (1996). Presidência da República. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. *O Pedagogo na Gestão Pedagógica: elementos para um debate*. Londrina, 2007.

DALBEN, Ângela Imaculada de F. *Conselhos de classe e avaliação: perspectiva na gestão pedagógica da escola*. São Paulo: Papirus, 2004.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. *Conselho de Classe e Participação*. Revista de Educação A.E.C. do Brasil. Avaliação: novos paradigmas. Brasília/Distrito Federal. Ano 24, n. 94 – jan/mar de 1995.

EDITAL 10/2007. Item 2.5 *Descrição das atividades genéricas do professor pedagogo nos estabelecimentos de ensino de Educação Infantil, Educação Profissional, Ensino Fundamental e Ensino Médio da Rede Estadual do Paraná*. GS/SEED.

ENGERS, Maria Emília A. & GOMES, Vanise dos Santos. *Conselho de Classe como espaço de educação continuada de professores*. In: Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 517-529, set/dez 2007.

FIRME apud ROCHA, Any Dutra Coelho da. *Conselho de classe: burocratização ou participação?* 3ªed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

GARCIA, Regina Leite. Síntese das anotações dos especialistas no encontro com a professora Regina Leite Garcia. Palestra: *O papel do especialista na escola atual*. In: evento: O papel do especialista na escola atual: Inst. Promotor-financiadora: Secretaria Municipal de Educação Itajaí-SC, 1995.

GODINHO, Rociney A.L.P. & CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. *Organização do Trabalho Pedagógico na Escola: o pedagogo como articulador do Conselho de Classe*. Londrina: PDE/SEED-PR, 2008 (in mimeo).

PARO, Vitor Henrique. *Gestão escolar democracia e qualidade de ensino*. São Paulo: Ática, 2007.